



EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL INDÍGENA: UM CAMINHO VIÁVEL DE INTERSETORIALIDADE

Jussara Maysa Silva Campos¹, Nancy dos Santos Dorna², Sandra Barros Sanchez²

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Nutrição Humana – Universidade de Brasília- UnB. e-mail: Jussara.maysa@gmail.com

²Doutoras da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. e-mails: ncastelo@ufrj.br ; sbsanchez2003@yahoo.com.br

Resumo: A Segurança Alimentar e Nutricional é o direito humano ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade e quantidade suficiente, sem interferir no acesso às outras necessidades essenciais. Segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, entre os determinantes da insegurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas, identifica-se a dificuldade para acesso à educação, em especial ao ensino superior, como uma das condições para ampliar a participação de técnicos indígenas na gestão dos respectivos programas e serviços públicos. A presente pesquisa teve por objetivo analisar Educação Profissional Indígena, como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para o Povo Xakriabá. Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental descritiva, de caráter quali-quantitativa, de forma semi estruturada com os egressos do curso de Formação Profissional em Agropecuária, na modalidade Educação Profissional para Jovens e Adultos, oferecido aos Xakriabá. Diante do estudo realizado, percebeu-se a relação positiva entre a proposta curricular e a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional Xakriabá. Observou-se também que a maioria dos indígenas se inscreveu neste curso com o objetivo de: melhorar a qualidade de vida da comunidade; aumentar os conhecimentos técnicos e, para ajudar na elaboração de políticas públicas para os Povos indígenas. Deste modo os resultados obtidos nesta pesquisa demonstraram a possibilidade viável de estratégia de política pública, que a modalidade Educação Profissional para Jovens e Adultos Indígena apresenta em contribuição a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional para as comunidades indígenas, no caso do referido estudo, da Xakriabá. Por se tratar de uma política pública estruturante, apresenta possibilidades de auxílio efetivo na qualidade de vida deste Povo.

Palavras-chave: educação profissional para jovens e adultos indígena, segurança alimentar e nutricional xakriabá

1. INTRODUÇÃO

Segundo definição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2004), a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que seja ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

A questão da Segurança Alimentar e Nutricional agrega elementos importantes para pensarmos a política de alimentação e nutrição: a articulação intersectorial e a inserção da questão alimentar e nutricional como componentes estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do país (ALCÂNTARA e GULGEMIN, 2007).

Entre os determinantes da insegurança alimentar das comunidades indígenas brasileiras, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) aponta que a dificuldade para o acesso à educação, em especial ao ensino superior, como condição para ampliar a participação de



técnicos indígenas na gestão e definição de prioridades de programas governamentais direcionados a suas comunidades (BRASIL, 2005a).

A oferta de Educação Profissional para as comunidades indígenas proposta atualmente, extrapola a concepção da preparação do aluno para o mercado de trabalho. Desse modo, apresenta a preocupação com a formação integral aliada à formação profissional e à formação de base propedêutica, numa perspectiva histórico-crítica, possibilitando a autonomia do sujeito. É objetivo da Educação Profissional integrada à Educação Escolar Indígena a formação profissional de acordo com os contextos, significados e necessidades das comunidades indígenas (BRASIL, 2007).

A proposta do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos- PROEJA, integrada a Educação Escolar Indígena, do *campus* Januária, representa uma das referências nacionais nesta modalidade de ensino, segundo a equipe de elaboração do Documento Base desse Programa (BRASIL, 2006).

Em consonância com essa proposta pedagógica, o na época denominado Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Januária-MG desenvolveu, com a comunidade indígena Xakriabá, no curso técnico de Agropecuária, uma experiência pautada pela prática diferenciada da extensão rural, voltada para o desenvolvimento comunitário com base na valorização humana e no respeito às culturas popular e indígena. Observou-se entre os resultados positivos dos projetos agropecuários constava o impacto em relação a segurança alimentar e nutricional da comunidade Xakriabá (BRASIL, 2007).

O objetivo deste trabalho é apresentar a análise da proposta do PROEJA Indígena do *Campus* Januária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional para o Povo indígena Xakriabá.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atendendo a Resolução nº196, de 10 de outubro de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, (BRASIL, 1996) protocolo nº 23083.004364/2010-71 obtendo um parecer (nº 044/2010) favorável a realização da pesquisa em 17/06/2010. Utilizou-se um termo de consentimento para a realização da pesquisa foi assinado pelo cacique Geral da etnia, Domingos Xakriabá, em 17/06/2010.

Obtenção dos dados

Realizou-se uma pesquisa documental descritiva, de caráter quali-quantitativo, de forma semi estruturada. Para a pesquisa documental foram analisados os documentos disponibilizados pela instituição responsável, Câmpus Januária, do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais.

O levantamento das demais informações foi realizado por meio de entrevista, através da aplicação de questionário, com 20 (vinte) egressos, do Curso de Formação Profissional em Agropecuária, na modalidade PROEJA Indígena.

Processamento de Dados e Análise Estatística

Para consolidação a respeito do motivo pelo qual os egressos se inscreveram no Curso de Formação Profissional em Agropecuária, e também a cerca de como estes consideravam que este curso auxiliava na Segurança Alimentar e Nutricional de seu Povo, foi utilizada a metodologia de análise de discurso coletivo, por meio do programa QualiQuantSoft-SPI, software proposto por LEFÉVRE & LEFÉVRE (2003). Foram transcritas literalmente as respostas e organizadas de acordo com as etapas do programa.

Na primeira etapa da análise foram identificadas as Expressões-Chave (EChs), estas revelaram a essência de cada depoimento. A partir das Expressões-Chave foram elaboradas as Idéias-Centrais (ICs), que correspondem a descrição dos sentidos expressos por um nome ou expressão sintética do sentido de cada depoimento. Posteriormente, as Idéias Centrais foram agrupadas de acordo com os seus respectivos sentidos. Deste modo, foram construídos discursos síntese, redigidos em terceira



pessoa do plural para representarem o discurso da coletividade, neste caso dos egressos do PROEJA Indígena Xakriabá.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em análise proposta pedagógica do Curso de Formação em Agropecuária oferecido aos Xakriabá, se observa na tabela 1, a sua matriz curricular.

Tabela1- Matriz curricular do Curso de Formação Profissional em Agropecuária dos egressos do PROEJA Xakriabá do IF do Norte de Minas Gerais, Campus Januária, 2010.

TEMAS GERADORES	ÁREAS DE CONHECIMENTO	CONTEXTUALIZAÇÃO
A REALIDADE SÓCIO-AMBIENTAL	História Geografia Física Química Biologia Ecologia	Uso do Território Casa de Medicina Saúde Indígena Direitos Indígenas Arte Indígena Língua e Literatura Indígena
LINGUAGENS	Línguas: portuguesa e os fragmentos da língua nativa Matemática Literatura Arte Educação Física	Projetos Produtivos Casa de Cultura Escola Indígena Organizações Indígenas Organização Interna do Trabalho
TÉCNICAS AGROPECUÁRIAS ALTERNATIVAS DIAGNÓSTICO e MANEJO DE AGROECOSSISTEMAS	Agricultura Criações Meio Ambiente Processamentos de Produtos de Origem Animal e Vegetal Economia Solidária	

Por meio desta matriz curricular visualizam-se a disposição entre os temas geradores, as respectivas áreas de conhecimento correlatas, bem como a contextualização proposta para o desenvolvimento do curso. Destaca-se na contextualização dos saberes elementos diretamente relacionados à auto sustentação, a terra, bem como a valorização da cultura, elementos estes considerados essenciais a serem desenvolvidos no ambiente escolar, conforme mencionado anteriormente pelos indígenas. Também neste sentido relacionam-se com o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.



As etapas desenvolvidas durante o curso foram organizadas através de 3 (três) Módulos de Aprendizagem, concebidos como um processo global de formação em que, partindo de situações-problema, os estudantes têm contato com atividades e conteúdos curriculares programados. Os módulos de aprendizagem se configuram como a unidade temporal de organização das atividades curriculares do Curso e combinam conteúdos e/ou atividades dos eixos temáticos e das áreas de conhecimento.

Quanto a caracterização da amostra, participaram os egressos das aldeias: Caatiguinha, Prata, Riacho do Brejo, Vargem, Brejo Mata Fome, Olhos d'água, Rancharia e Barreiro Preto. Sendo que a maior parte dos entrevistados são desta última aldeia. A maioria dos entrevistados, 85% (oitenta e cinco por cento), ou seja, 17 (dezessete) são do sexo masculino. No que se refere ao estado civil, 85% (oitenta e cinco por cento) dos entrevistados informaram serem casados.

Em comparação da faixa etária e o contexto educacional vivenciado pelos egressos, percebe-se que não havia grandes avanços em relação a uma educação diferenciada para as comunidades indígenas. Somente no ano de 1997, por meio do Programa de Implantação das Escolas Indígenas de Minas Gerais (PIEI-MG), foram criadas as escolas estaduais indígenas que contemplaram as etnias: Maxacali, Pataxó, Krenak e Xakriabá. A partir de então, as escolas foram configuradas de acordo com as orientações legais quanto à educação diferenciada aos Povos indígenas (GOMES, 2006).

Em virtude da relação entre o estado de saúde do indivíduo e seus determinantes, entre eles o saneamento básico, também foi considerada na pesquisa a existência de banheiro domiciliar, onde 65% (sessenta e cinco por cento) dos entrevistados respondeu afirmativo. Desse modo, se observa que há acesso aos serviços de saúde, no caso saneamento básico, para a maioria dos egressos.

Em relação à experiência escolar anterior ao PROEJA Indígena, 25 % (vinte por cento) dos entrevistados não possuíam nenhuma experiência escolar anterior ao PROEJA Indígena. Na mesma proporção, ou seja, 25 % (vinte e cinco por cento) relataram ter estudado até a 3ª (terceira) e até a 4ª (quarta) séries. Sendo que apenas 1, ou seja menos de 1% (um por cento) dos entrevistados estudaram além da 4ª (quarta) série e 20% estudaram até a 2ª (segunda) série.

Nas respostas sobre a escolaridade, além do tempo de experiência escolar anterior ao PROEJA, 25% (vinte e cinco) dos entrevistados mencionaram dificuldades, com por exemplo: *“na época a escola não era indígena”, “Eu gostava de estudar mas não tinha oportunidade”, “...muita dificuldade na teoria”, “...quando era criança ia na escola municipal mas não aprendi nada”* e *“difícil a escola quando era criança”*. Também foram encontradas declarações como: *“Fiquei parado mais de 20 anos”, “Fiquei 12 anos parado”, “Fiquei quase 20 anos sem estudar”*.

Segundo GOMES (2006), a busca pela escolarização acompanha as lutas do Povo Xakriabá, que desde os anos 70 iniciaram um processo de escolarização intenso e acelerado. Tal expansão gerou um contexto escolar com características peculiares e provocou intensas mudanças na vida das comunidades nas dimensões: econômica, social, política e cultural, sendo a educação de jovens e adultos, uma das reivindicações da época.

Quanto os motivos que levaram os egressos a se inscreverem no curso, percebeu-se que a maioria dos egressos se inscreveu no PROEJA com objetivos de: melhorar a qualidade de vida da comunidade, aumentar os conhecimentos técnicos e, para ajudar na elaboração de políticas públicas para as comunidades indígenas, respectivamente. Os dois últimos itens relacionam-se com os apontamentos de CONSEA (BRASIL, 2005), a respeito dos determinantes da condição de insegurança alimentar das comunidades indígenas, sendo eles: a) a dificuldade para acesso a educação, em especial de ensino superior, condição para ampliar a participação de técnicos indígenas na gestão dos respectivos programas e serviços públicos e, b) a insuficiência dos espaços e mecanismos de controle e participação dos Povos indígenas na gestão e definição de prioridades dos programas governamentais.

No que se refere a outros motivos que levaram os entrevistados a se inscreverem no curso, foram mencionados: *“Antes não havia oportunidade para estudar.”; “Para incentivar a minha comunidade a estudar e mostrar que nunca é tarde para ir atrás de um objetivo.”; “Meu estudo era fraco e melhorou depois de ter estudado.”; “Melhorar minha escrita, etc.”; “Para a capacidade de ter uma boa profissão e para instruir meus filhos na escola.”; “Melhorar a leitura. Ajudar a preservar o*



meio ambiente.”; “Para ajudar nas organizações, nas comunidades e nas associações”;” *Para ensinar meus filhos” e,*” *“Para ajudar na orientação alimentar para consumir alimentos naturais.”*

Por meio dos relatos anteriores se ressalta a busca desses indígenas pelo aprimoramento de sua formação escolar, seja para aprimoramento pessoal ou em prol de sua comunidade. Neste sentido foram comparados os motivos dos egressos se inscreverem no referido curso e o que eles consideram que o curso auxilia na promoção de Segurança Alimentar e Nutricional de seu Povo. Procurando conhecer essa relação foram sintetizadas as seguintes idéias centrais:

- a) Aquisição de conhecimentos técnicos;
- b) Melhoria na qualidade de vida da comunidade;
- c) Transmissão de conhecimentos;
- d) Aperfeiçoamento de práticas agropecuárias e,
- e) Elaboração de projetos e políticas públicas.

A realização dessa comparação objetiva verificar se as expectativas dos participantes foram atendidas em relação ao curso, bem como essas se relacionam com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional do Povo Xakriabá. Abaixo estão dispostos os discursos coletivos de cada categoria.

- a) Aquisição de conhecimentos técnicos
“Os estudos do PROEJA ampliaram os nossos conhecimentos em todas as áreas da nossa vida diária por meio de: orientações sobre o consumo de alimentos naturais, palestras educativas de alimentação saudável, plantio de maneira correta de hortaliças e outros. Antes não tínhamos conhecimento e hoje temos conhecimento sobre alimentação, desse modo, as informações que foram aprendidas ajudaram...”

O discurso demonstra a alteração na vida dos egressos através da incorporação de novos conhecimentos, especialmente no que tange a produção de alimentos de maneira adequada, bem como de outras informações que se relacionam diretamente a condição de Segurança Alimentar e Nutricional.

- b) Melhoria na qualidade de vida da comunidade
“Contribui para a melhoria da qualidade da produção de alimentos, vida da família e higiene.”

Esta citação reforça o impacto do aprendizado destes egressos no sentido de auxiliar na melhoria da qualidade de vida associada à melhor produção de alimentos.

- c) Transmissão de conhecimentos
“Aprendemos muito no ensino de agricultura, biologia, aquicultura, escrita e ensinamentos técnicos que foram repassados aos demais moradores das aldeias, assim como na influência dos filhos com os estudos. Além disso, os professores têm o capricho de buscar sabedoria nos alunos do PROEJA.”

Além de incorporados a vida dos egressos, os conhecimentos e informações foram repassadas à comunidade, demonstrando, assim, mais uma vez, a dimensão do aprendizado no referido curso. Ressalta-se também a relevância da troca de saberes entre professores e alunos, mencionada no discurso, exemplificando a vivência da complexidade no processo de ensino.

- d) Aperfeiçoamento de práticas agropecuárias
“Refletir e agir sobre: manejo da produção de alimentos saudáveis, produção de roças naturais e sem química, técnicas de preparo do solo para cada planta, auxílio na prática de formas bem melhores de trabalhar a Segurança Alimentar, assim como se alimentar com produtos de boa qualidade, trabalhando sem degradar a terra, melhoramento na produção agrícola e pecuária sem o uso de agrotóxico. Também aprendemos sobre os projetos ambientais, plantas medicinais e aproveitamento dos frutos do cerrado.”



O discurso acima descreve de maneira ampla como os conhecimentos agregados durante o PROEJA Indígena proporcionaram o aperfeiçoamento das práticas agropecuárias dos Xakriabá. Sendo que já aparece no relato, o termo “Segurança Alimentar” indicando a relação entre os conhecimentos adquiridos e a representação de SAN dos próprios egressos.

e) Elaboração de projetos e políticas públicas

“Elaboração de projeto com a criação e uso de hortaliças na merenda escolar.”

Neste último agrupamento percebe-se a citação de políticas públicas, sendo mencionada uma das maiores do país: a merenda escolar. Considerando que entre os determinantes da condição de insegurança alimentar e nutricional das comunidades indígenas encontra-se a dificuldade de participação e gestão de programas e serviços públicos, infere-se a relação positiva entre os motivos de inscrição no curso e a melhoria na condição de Segurança Alimentar e Nutricional Xakriabá.

6. CONCLUSÕES

Diante desta pesquisa percebeu-se a relação positiva entre a proposta curricular e a promoção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) Xakriabá. Apesar desta temática não ser diretamente mencionada na matriz curricular, os conteúdos abordados nos temas geradores, nas áreas de conhecimento e respectivas contextualizações apontaram para a relação entre os aspectos ligados a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional deste Povo.

Por meio dos depoimentos, os egressos demonstraram como o curso relaciona-se com a SAN, seja por meio do aumento de conhecimentos técnicos, seja por melhoria na qualidade de vida do Povo Xakriabá. Sob o mesmo aspecto está o nível de interesse dos alunos pela Educação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA) Indígena, uma vez que por meio dos relatos observa-se a correspondência das expectativas ao se inscreverem no curso.

Ao observar o histórico de conflitos entre os Xakriabá e “não indígenas” e a lutas pela educação diferenciada, a proposta do *Campus* Januária, se encaixa em um contexto de construção e reivindicações educacionais, e também de pleno debate a respeito do Direito Humano a Alimentação adequada (DHAA), no qual se estabelece o dever de proteção, provimento e promoção, por parte do Estado, da condição de Segurança Alimentar e Nutricional dos cidadãos brasileiros.

O avanço das políticas públicas de alimentação e nutrição ocorreu paralelamente a um cenário favorável à interação entre Educação Profissional e Tecnológica e a Educação Indígena, fruto da nova proposta da LDB de 1996, tornando-se então uma possibilidade viável de estratégia de política pública intersetorial. Os resultados apresentados pela pesquisa demonstram as possibilidades do PROEJA Indígena enquanto política pública de acesso à educação e inclusão social, indo de encontro aos objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, conforme sua lei de criação.

A construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) demonstra o aumento no comprometimento do Governo com a garantia do direito humano a alimentação adequada. Considerando o escopo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) observa-se a possibilidade de eficiência nessa intersetorialidade, uma vez que no histórico das Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição brasileiras, nota-se uma rotatividade de órgãos e programas de acordo com o direcionamento político.

Nesse sentido, sugere-se a realização de mais estudos que observem as possibilidades entre a Educação Profissional Indígena e as suas possibilidades na melhoria de qualidade de vida das comunidades indígenas brasileiras. Desse modo investimentos na EPT Indígena, com direcionamento as questões de Segurança Alimentar e Nutricional podem representar um avanço em relação ao baixo comprometimento dos governos estaduais e municipais, apontado como um dos determinantes para condição de insegurança alimentar e nutricional indígena.

AGRADECIMENTOS

Especialmente agradeço as comunidades: Apinayé, Krahô, Xerente, Krahô Kanela, Karajá, Krikati e Javaé, com as quais tive a valiosa oportunidade de amadurecer pessoal e



profissionalmente! Também agradeço aos demais povos com os quais tive a oportunidade de conviver entre estes a Xakriabá que não só possibilitou a realização desta pesquisa, mas me recebeu muito bem! Assim também fui recebida pela equipe do campus Januária, do Instituto do Norte de Minas Gerais, muito obrigada! Espero poder contribuir com este estudo com a melhoria da qualidade de vida de todos vocês! Neste contato com os Xakriabá outra personagem fundamental é a professora Msc. Suzana Alves, que em alguns dias me permitiu vivenciar tantas maravilhosas experiências e conviver de perto com alguém tão admiravelmente dedicada.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA L. B. C.; GUGELMIN S. A. **Políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil**. In: Vigilância Alimentar e Nutricional para Saúde Indígena, 1. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Educação a Distância; Organizado por Denise Cavalcante Barros, Denise Oliveira e Silva e Sílvia Ângela Gugelmin. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CONSEA. **II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**, 17-20 de março de 2004. Equipe Técnica de redação: Menezes F, Burland L, Maluf R.

_____. CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL-CONSEA. **Sumário Executivo da Vigilância Alimentar e Nutricional no Subsistema da atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 12 de julho de 2005^a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Tema/SAN_Indigenas/SAN%20dos%20povos%20indigenas.pdf. Acessado em 16/02/2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos Indígenas**. PROEJA INDÍGENA. Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária - MG. Setembro/2006.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos**. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. Documento Base. 2007.

LEFEVRE F. ; LEFEVRE A. M. C. **O Discurso do Sujeito Coletivo. Um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul, RS: Educs. 2003.

GOMES, A. M. R. . **O processo de escolarização entre os Xakriabá: explorando alternativas de análise na antropologia da educação**. 2006. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a10v11n32.pdf. Acessado em 15 de Setembro de 2010.